

Entidades denunciam execuções

Denúncias em audiência na Assembléia apontam policiais como executores

NUNO MORAES E
MARCUS MONTEIRO

Representantes de diversas entidades de defesa dos direitos humanos denunciaram a prática de tortura nos presídios capixabas, durante audiência pública, ontem, na Assembléia Legislativa, promovida pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da AL e pela subcomissão Permanente do Sistema Penitenciário, Tortura, Grupos de Extermínio e Trabalho Forçado da Câmara dos Deputados. Além das denúncias, as entidades pediram providências.

O objetivo foi debater o elevado número de mortes atribuídas a policiais no Espírito Santo. A relatora da Organização das Nações Unidas sobre execuções sumárias, Asma Jahangir, chegou à audiência às 12h50.

Depoimentos

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Cláudio Vereza (PT), abriu a audiência. O primeiro a depor foi o pastor Norberto



Ricardo Medeiros

Relatos

A emissária da ONU, Asma Jahangir (C), participou da audiência pública na Assembléia Legislativa e ouviu relatos de execuções e torturas

Berger, presidente do Conselho de Igrejas Cristãs. O presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Isaías Santana, também participou da audiência e fez duras críticas ao Poder Judiciário, afirmando que este “tem sido omisso nos últimos anos”.

Isaías Santana citou o caso da denúncia sobre o Primeiro Comando de Guaranhuns (PCG), que foi feita pelo Gru-

po de Repressão e Combate ao Crime Organizado do Ministério Público Estadual, lembrando que seis magistrados não teriam acolhido a denúncia, que culminou em decretos de prisão contra várias pessoas acusadas de envolvimento com o tráfico de drogas e crimes de mando ocorridos em Vila Velha.

Isabel Aparecida Borges da Silva, coordenadora da

Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Vitória, afirmou, por sua vez, que “são raros os presos que não são torturados no ato da prisão”. Isabel disse também que “14 detentos foram assassinados neste ano nos presídios do Estado, sem contar os mortos na Casa de Custódia, em Viana”.

Ela criticou o desvio de funções dentro dos presídios, a superlotação nas delegacias

e a falta de condições de trabalho nas cadeias.

Menores

O padre Xavier Paolillo, presidente da Caritas Arquidiocesana/Pastoral do Menor, fez denúncias sobre a Unidade de Integração Social (Unis) e a Unidade de Integração Provisória (Unip). Segundo ele, “os menores chegam a ficar horas sem roupas e têm os objetos pessoais destruídos durante revistas feitas por policiais militares”.

Ele disse ainda que, nos últimos nove meses, cinco adolescentes foram assassinados nessas unidades. Paolillo pediu que a Assembléia Legislativa apresente um projeto de lei que regulamente o Instituto da Criança e do Adolescente do Espírito Santo (Icaes) e instale uma CPI para apurar o desvio de dinheiro e a tortura na instituição, supostamente ocorridos durante a administração do governador José Ignácio Ferreira. A deputada Brice Bragato (PT) garantiu que o pedido vai ser lido o mais rápido possível.

Parentes de vítimas da violência no Estado também falaram na audiência pública. Lauriza dos Santos Alvarenga e Maria das Graças Nacort relataram as mortes dos filhos, Claudis Luiz Alvarenga e Pedro Nacort Filho, ocorridas em agosto de 1994 e junho de

REAÇÃO

Relatora elogia determinação

“O protesto desarmado é mais poderoso que a ação das pessoas que estão espalhando a violência por aqui. Sinto a força nas palavras de vocês e tenho certeza que isso prevalecerá sobre a força da violência. A justiça acontecerá o mais breve possível. Tenho esperança nisso”, declarou a relatora especial da ONU, Asma Jahangir, após ouvir depoimentos emocionados de parentes de vítimas de violência e de tortura policial, durante a audiência ocorrida ontem na Assembléia Legislativa, em Vitória. Além dos depoimentos, foi exibido um vídeo produzido pela Rede Gazeta sobre execuções no Estado.

1999, respectivamente.

Já Hiran Moraes Júnior, pai de Diego Coelho Borgo Moraes, assassinado por um policial militar que fazia segurança numa boate, em outubro do ano passado, preferiu cobrar das autoridades mais ações efetivas para evitar que crimes como os que foram relatados ontem voltem a acontecer no país.

Segundo a relatora da ONU, a ‘Justiça é surda e lenta’

Analogia aos campos de concentração

Comissão vai fazer relatório sobre crimes

Asma Jahangir deixou o Espírito Santo afirmando ter ouvido da maioria das pessoas com as quais conversou em sua passagem pelo Estado que a "Justiça é surda e lenta". "Ouvi que as coisas andam mais rápido quando a vítima é filha de uma pessoa rica. Nestes casos, as apurações dos crimes são mais rápidas. Quando o Estado quer, ele dá uma resposta. O que explica essa letargia na América?", questionou a representante da ONU.

A declaração foi rebatida, em parte, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Alemer Ferraz Moulin, durante a vista que a representante da ONU fez ao TJES, na tarde de ontem.

"Não concordo que a Justiça seja surda. Morosa, sim. Mas em virtude da legislação, que permite os recursos em várias instâncias e pela falta de pessoal. No Espírito Santo, temos uma defasagem de 120 juizes e de cerca de 400 funcionários", disse Moulin.

Alemer Moulin ressaltou que a deficiência no número de funcionários vem sendo suprida com a informatização dos fóruns, que propicia uma maior "celeridade nos procedimentos processuais".

Antes de passar pelo Tribunal de Justiça, Asma Jahangir esteve com o Ministério Público Estadual. Ela conversou com o subprocurador José Marçal de Ataíde Assi e com os promotores Fernando Zardini e Gustavo Senna.



Marcos Fernandez

Reunião

Asma Jahangir reuniu-se ontem com representantes do Ministério Público

Ela pediu informações sobre quais procedimentos são adotados pelo MPE nos casos de inquéritos policiais que investigam assassinatos cometidos por policiais.

A relatora questionou os promotores sobre a lentidão dos processos. "O que ouço em todo o Brasil é que os processos não tramitam normalmente como deveriam. O Ministério Público não deixa de ser uma corregedoria. É a ovidoria da população, e a população não está tendo essa percepção", disse Jahangir.

Os representantes do MPE esclareceram que a legislação desfasada permite que os acusados retardem o andamento dos processos com recursos judiciais e também apontaram a deficiência de pessoal com um dos problemas.

"A defasagem é de 49% no

quadro de promotores. No último concurso, 1.938 pessoas se inscreveram e somente 15 foram aprovadas. Falta pessoal, mas isso não quer dizer que o processo seletivo não seja rigoroso", esclareceu Gustavo Senna.

Ele citou: "Em 2002, tramitaram na Vara do tribunal do Júri na Serra 754 processos. Somente nove foram concluídos. Novas investigações foram solicitadas em 263 inquéritos policiais e, em 482 deles, foram requisitados exames periciais que não constavam no inquérito", apontou.

Ela pediu a opinião dos promotores sobre a desvinculação da perícia da estrutura administrativa da Polícia Civil. Os representantes do MP concordaram e sugeriram a desvinculação também das corregedorias das polícias.

"Infelizmente, as situações da Unidade de Integração Social (Unis) e da Unidade de Integração Provisória (Unip), continuam lastimáveis. Os adolescentes que estão presos nessas unidades vivem situações parecidas com as dos campos de concentração nazistas, da época da Segunda Guerra Mundial. As celas são insalubres, não tem ventilação, a fiação elétrica é exposta, os menores não tem acesso direto à água, nem para tomar banho".

A declaração foi feita pelo padre Xavier Paolillo, da Cáritas Arquidiocesana e Pastoral do Menor, durante a audiência pública ocorrida na Assembléia Legislativa.

"Para piorar a situação, os internos da Unis e Unip precisam conviver com a falta de atividades sócio-educativas, esportivas e culturais, além de profissionalizantes. Também passam pelo fato de serem humilhados por policiais militares durante as revistas ocorridas nas unidades", continuou padre Xavier.

Ele criticou também as condições de trabalho dos funcionários que atuam nas unidades prisionais. "É claro que não é nada agradável trabalhar num local assim. Os menores acabam se tornando agressivos e descontam nos funcionários a raiva que têm pelas condições em que são obrigados a viver diariamente", declarou Xavier.

Segundo o representante da Pastoral do Menor, algu-

mas medidas emergenciais precisam ser tomadas pelo Governo estadual, para minimizar os problemas existentes na Unis e na Unip:

"Nós sugerimos a instalação de bebedouros de água potável e nos colocamos à disposição para fazer a manutenção quando necessário. Também pedimos a implantação de atividades pedagógicas, atendimento médico e a mudança do dia de visitas para o fim de semana".

O padre Xavier acrescentou: "Além disso, faz-se necessária a imediata separação das duas unidades. Não é possível que os menores da Unip fiquem confinados no mesmo espaço físico que os da Unis. Pelo fato de que eles vivem bem mais tensos que os outros, por ainda estarem aguardando sua condenação. E isso pode acabar causando atritos dentro do presídio", disse Xavier Paolillo.

O padre apresentou três motivos para as constantes fugas ocorridas nas duas unidades: o medo dos menores de continuar a sofrer maus tratos e torturas dentro do presídio; as transferências de menores para o Mosesp II caso não tenham bom comportamento e o fato de que as fugas seriam uma forma de 'pagamento' para crimes de mando cometidos por internos da Unis e da Unip.

"Essa terceira causa é apenas uma suspeita, ainda não foi comprovada. Foi levantada durante investigações", disse.

A deputada federal Iriny Lopes (PT/ES), da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, informou ontem, durante a audiência na Assembléia Legislativa, que os integrantes da subcomissão que estão no Espírito Santo deverão visitar o Tribunal de Recursos da 2ª Região, no Rio de Janeiro, para cobrar maior agilidade no recurso sobre a extinção da Scuderie Detetive Le Cocq.

"Não vamos querer entrar ou interferir no mérito do julgamento. Apenas pedir mais agilidade nesse julgamento. A subcomissão deverá fazer isso nos próximos dias", informou a deputada federal.

"Esse é o momento de juntarmos forças e pedirmos à Justiça que determine o fim da Scuderie Le Cocq. Não podemos admitir que entidades ligadas ao crime organizado continuem tendo existência de forma legalizada", declarou o deputado federal Luiz Albuquerque Couto (PT/PB).

Iriny também disse que um relatório com todos os depoimentos tomados durante a sessão de ontem será produzido e encaminhado às autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Espírito Santo.

"Vamos fazer o relatório baseado nos depoimentos e nos documentos que estão sendo entregues por familiares de vítimas de tortura e violência policial. Esse relatório será encaminhado logo após aprovação na Câmara".

Encontro com secretários

A relatora especial das Organizações das Nações Unidas (ONU), Asma Jahangir, reuniu-se pela manhã com os secretários de Justiça e de Segurança. Em pauta, a busca de soluções para a violência no Espírito Santo e para a situação dos presídios capixabas.

O secretário de Justiça, Luiz Ferraz Moulin, pediu a relatora que ressaltasse em seu relatório a questão social de que no Brasil, especialmente no Espírito Santo, somente as pessoas pobres, que se envolvem com o tráfico de drogas, é que acabam na prisão. "Nunca vi um grande traficante preso aqui no Estado", disse Moulin.

"Discutimos muitas coisas sobre o tráfico de drogas e re-

cebi muitas boas sugestões e informações. Preciso saber se esse pedido feito pelo secretário está dentro de minhas atribuições. Caso esteja, com certeza irá fazer parte do relatório que apresentarei à ONU", respondeu Jahangir.

Asma Jahangir declarou que, nesses dois dias de visita ao Espírito Santo, notou muitas semelhanças com os demais Estados visitados, em especial na questão do aumento da violência policial. Porém, ela ressaltou que no Espírito Santo pôde sentir uma diferença: a vontade da sociedade civil em geral em acabar com essa situação.

A relatora da ONU considerou a reunião de ontem com Luiz Ferraz Moulin e

Rodney Rocha Miranda como a mais produtiva até o momento em sua visita ao Brasil. "Encontrei aqui o fim da fase de negação e o início do enfrentamento da situação para resolver todos os problemas que existem", disse Jahangir.

O secretário de Justiça disse que apresentou os projetos do Estado para impedir que apenas pessoas sem condições financeiras, envolvidas com o tráfico, sejam presas.

"O grande traficante não costuma freqüentar os presídios, somente quem trabalha para ele. Essas pessoas não têm nenhum direito, enquanto os que assassinam os próprios pais tem o direito à ressocialização e remissão de pena. Isso é uma injustiça da lei".

TEMPERO CAPIXABA NA SUA TV.



Apresentação:
Isaura Caliari

Culinária é o prato principal do programa Na Cozinha, com receitas e dicas de convidados especiais da gastronomia local e nacional. Tudo isso nas mãos da chefe de cozinha Isaura Caliari.

Toda
Sexta - 22h30
Horários alternativos
Sábado - 14h40
Domingo - 20h

GTV

SEU CANAL LOCAL
CANAL 14 - NET